



Governo prevê multa de até R\$ 30 mil para policial em vigilância privada clandestina



Foto: José Cruz/Agência Brasil

O governo Lula (PT) discute a publicação de um decreto que estabelece multa de até R\$ 30 mil para policiais, guardas municipais e outras pessoas que atuem de forma clandestina na área da segurança privada.

A punição consta em minuta elaborada pela Polícia Federal -responsável pela fiscalização do setor- e encaminhada ao Ministério da Justiça em maio. O texto, obtido pela Folha de S.Paulo, ainda pode sofrer alterações até receber o aval da Casa Civil e ser enviado para a assinatura de Lula.

O decreto tem como objetivo regulamentar o Estatuto da Segurança Privada, sancionado em setembro de 2024. A norma atualiza e endurece as regras para a atuação de empresas e profissionais do setor, substituindo a antiga regulamentação, em vigor desde 1983.

Com a nova redação do estatuto, tornaria-se crime organizar, prestar ou oferecer serviços de segurança privada com uso de armas de fogo sem a devida autorização de funcionamento. A pena prevista é de detenção de 1 a 3 anos.

Agora, o texto do decreto deve definir como segurança privada clandestina toda prestação de serviço sem autorização da Polícia Federal, seja armada ou desarmada. A prática também poderá resultar em multa de R\$ 1.000 a R\$ 10 mil para pessoas físicas e de R\$ 10 mil a R\$ 30 mil para pessoas jurídicas, com valores maiores em caso de reincidência.

Procurado, o Ministério da Justiça e Segurança Pública afirmou que o decreto chegou à pasta na semana passada e está em análise pela Secretaria de Assuntos Legislativos. A Polícia Federal não se manifestou.

Os policiais, em regra, têm dedicação exclusiva e, por isso, não podem fazer bico na área da segurança privada, a não ser em caso de autorização expressa por normas estaduais. Quando há alguma brecha, o policial precisa estar vinculado a uma empresa de segurança privada, ter curso de vigilante e autorização da Polícia Federal.

Ivan Hermano, vice-presidente da Fenavist (Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores) para a região Centro-Oeste, afirma que, em alguns estados, os estatutos das próprias polícias estaduais já impõem limitações a esse tipo de atividade.

“A nova lei vai auxiliar a Polícia Federal a coibir os abusos recorrentes no setor, algo que era difícil, já que a legislação anterior previa autuação apenas sobre as empresas registradas. Um dos pontos importantes trata das especificações da vigilância clandestina, que é feita geralmente pelos policiais”, diz.

Antes do estatuto, quando a Polícia Federal identificava uma empresa clandestina de segurança privada, sua atividade podia ser encerrada. Em caso de reincidência, era lavrado um termo circunstanciado. Para pessoas físicas flagradas atuando de forma irregular, não havia penalidade imediata prevista em lei.

José Vicente da Silva Filho, coronel reformado da Polícia Militar de São Paulo e membro do Conselho da Escola de Segurança Multidimensional da USP, afirma ser contrário à atuação de policiais na segurança privada.

Segundo ele, há profissionais que, de forma independente, realizam bicos em farmácias, padarias e supermercados. Além disso, há empresas que contratam policiais clandestinamente para realizar a escolta de funcionários.

“Na minha opinião, o policial que atua na segurança privada deveria ser demitido, porque essa prática é incompatível com a função pública. Trata-se de vender a expertise adquirida no serviço público para o setor privado. Isso leva a um relaxamento ético, contaminando e enfraquecendo a integridade da instituição”, disse.

No Brasil, há diversos casos envolvendo policiais em segurança privada clandestina. Entre eles está o caso de policiais que faziam a escolta do empresário Antônio Vinícius Lopes Gritzbach, que delatou integrantes da facção criminosa PCC e da Polícia Civil e foi assassinado no aeroporto de Guarulhos.

Em 2020, também houve o caso da morte de João Alberto Silveira Freitas, 40, espancado e morto por dois homens em um supermercado da rede Carrefour, em Porto Alegre. Um deles era policial militar.

Segundo o texto do decreto em discussão no governo, a prestação de serviços de segurança privada deve ser realizada por profissionais habilitados e registrados na Polícia Federal. Todos devem ter formação específica e vínculo com empresas de segurança ou organizações.

O setor da segurança privada abrange atividades como vigilância patrimonial, escolta, segurança pessoal, formação profissional, monitoramento eletrônico e segurança em transportes coletivos.

As empresas de segurança privada, escolas de formação de profissionais e empresas ou condomínios com serviço de segurança poderão equipar seus vigilantes com armas de fogo. Serão permitidos modelos como o revólver calibre .38, a pistola calibre .380 e a pistola calibre .38 TPC, a carabina calibre .38 e a espingarda calibre 12.

Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação revelam que o Brasil conta com 3.336 empresas atuando no setor de segurança privada.

Fonte: Redação Jornal de Brasília -
RAQUEL LOPES E LUCAS MARCHESINI
BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS)

SVNIT PEDE REUNIÃO COM PREFEITO DE MARICÁ QUAQUÁ



O Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões (SVNIT) vai solicitar a realização de uma reunião com o prefeito de Maricá Washington Quaquá com urgência. O objetivo é viabilizar o rápido pagamento das verbas rescisórias dos vigilantes da Golden Rio, empresa que prestava serviço para a Prefeitura e encerrou as suas atividades, dando calote nos trabalhadores.

A empresa não pagou as verbas aos trabalhadores, motivo pelo qual o SVNIT impetrou ação coletiva. A Justiça do Trabalho condenou tanto a Golden Rio quanto a Prefeitura de Maricá a pagar as indenizações dos vigilantes.

No entanto, a Procuradoria Geral do Município se recusa a cumprir a decisão judicial. “O SVNIT não vai abrir mão de lutar para que os vigilantes - que são moradores de Maricá - conseguiram essa vitória na justiça com a assistência do sindicato, recebam as suas indenizações”, garantiu o presidente Cláudio Vigilante.

O objetivo da reunião é informar o prefeito da situação e mostrar que a prefeitura deve pagar os trabalhadores, já que foi transitado em julgado - não cabe mais recurso.

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões

Polícia Federal e Ministério do Trabalho e Emprego realizaram fiscalização em empresas de segurança no evento junino em Campina Grande

No decurso das diligências, foram identificadas e autuadas duas empresas clandestinas



Arquivo

Na tarde desta sexta-feira (6/6), a Polícia Federal e o Ministério do Trabalho e Emprego realizaram operação de fiscalização direcionada às empresas de segurança privada e seus profissionais atuantes no evento junino de Campina Grande/PB.

No decurso das diligências, foram identificadas e autuadas duas empresas clandestinas — ou seja, desprovidas de registro junto à Polícia Federal — que prestavam serviços de segurança em quiosques situados no interior do Parque do Povo, o flagrante afronta à legislação vigente que regula a atividade de segurança privada.

Os Auditores-Fiscais do Trabalho notificaram uma das empresas formalmente estabelecida, bem como o responsável pela admissão dos controladores de acesso. A apresentar, no prazo de 10 dias, a documentação obrigatória: relação atualizada de empregados, respectivos contratos de trabalho e registros de controle de jornada, ausentes no momento da fiscalização. Também foram objeto de verificação as condições ambientais de trabalho e higiene dos postos onde os profissionais atuarão durante o evento.

A ação integrada insere-se em um plano mais amplo de fiscalização e controle, cujo escopo abrange a verificação da regularidade das empresas perante a Polícia Federal — especialmente no tocante à autorização de funcionamento — e a conformidade dos vigilantes quanto à validade da Carteira Nacional de Vigilante (CNV) e à certificação em curso de extensão para grandes eventos. Do ponto de vista trabalhista, também são fiscalizados o cumprimento das normas relativas à formalização do vínculo empregatício e à observância das condições mínimas de saúde e segurança no trabalho, conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e nas normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho.

FONTE: Comunicação Social da Polícia Federal na Paraíba

Redução da jornada de trabalho no Brasil é tema de debate na CAS

Congresso analisa propostas para diminuir a carga horária dos trabalhadores, que hoje é de 44 horas semanais



Foto: Pedro Ventura / Agência Brasília

A redução da jornada de trabalho no Brasil será tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na segunda-feira, às 9h. O colegiado vai debater o tema com representantes do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, dos sindicatos de trabalhadores e também do setor comercial. A audiência atende a requerimento (REQ 17/2025 - CAS) dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Flávio Arns (PSB-PR).

Ao justificar o pedido do debate, os senadores alegam que o tema já vem sendo discutido no Congresso Nacional, nas empresas e entre trabalhadores, com grande repercussão nos meios de comunicação. Para eles, o interesse popular e empresarial no tema evidencia que a redução teria grande impacto para trabalhadores, empregadores e a economia do país.

Paim e Arns também citam exemplos de outros países que já adotam o sistema

de 40 horas semanais de trabalho. Outros, como a Bélgica, a Espanha e o Reino Unido, estão fazendo testes para diminuir a carga horária.

“No Brasil, 22 empresas participam de um projeto global de implementação da semana de quatro dias de trabalho. Em notícias recentes, as empresas e os funcionários participantes relataram os primeiros resultados positivos obtidos: menos faltas, otimização de tarefas, aumento na produtividade, redução do estresse e tempo livre para resolução de questões pessoais. Também foram relatados alguns desafios”, afirmam os senadores no requerimento.

No Legislativo, projetos ou propostas de emenda à Constituição para reduzir a jornada já tramitam tanto no Senado como na Câmara. A PEC 148/2015, por exemplo, estabelece que a duração do trabalho normal passará de 44 para 36 horas semanais, sem diminuição de salários. Essa redução da jornada será feita de forma gradual, com 40 horas semanais na fase inicial, diz a proposição, de autoria do senador Paulo Paim. O texto, em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), também faculta a compensação de horários e a redução da jornada a acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Já confirmaram presença na audiência pública:

- Paula Montagner, subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Cirlene Luiza Zimmermann, coordenadora nacional de Defesa do

Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador do Ministério Público do Trabalho (MPT);

- Francisco Luiz Saraiva Costa, da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- José Reginaldo Inácio, da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST);
- Guiomar Vidor, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB);
- Luiz Arraes, presidente da Federação dos Empregados em Postos de Combustíveis do Estado de São Paulo (Fepospetro),
- Leonardo de Moura Landulfo Jorge, da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra);
- Adriana Marcolino, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese);
- Gilvana de Jesus do Vale Campos, da Associação Nacional de Medicina do Trabalho,
- Rodrigo Saraiva Marinho, diretor executivo do Instituto Livre Mercado;
- José Ferreira Fernandes, vice-presidente da Federação Brasileira de Fomento Comercial (Febraf),
- Erika Medina, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

O debate, sediado no Plenário 9 da Ala Senador Alexandre Costa, é interativo e será transmitido ao vivo pelo canal da TV Senado no Youtube.

Fonte: Agência Senado

MTE se reúne com Frente Parlamentar e entidades do setor produtivo para discutir aperfeiçoamento das normas trabalhistas

Ministro destaca importância do diálogo com o setor de comércio e serviços na construção de normas trabalhistas mais equilibradas



Foto: Alexandre Silva / MTE

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou, na última terça-feira (3/6), de reunião com representantes da Frente Parlamentar de Comércio e Serviços e de entidades sindicais patronais do setor. O encontro teve como objetivo discutir o aperfeiçoamento das normas trabalhistas, com destaque para aquelas que tratam do trabalho em feriados, atualmente regulamentadas pela Portaria nº 3.665/2023.

Durante a reunião, o ministro Luiz Marinho ressaltou a importância do diálogo permanente entre trabalhadores e empregadores como instrumento fundamental para o aprimoramento do sistema sindical e o fortalecimento das relações de trabalho no país. Ao final do encontro, foi acordado que as discussões

sobre o tema terão continuidade nas próximas semanas, com vistas à construção de uma proposta consensual.

Participaram da audiência os deputados Domingos Sávio (PL/MG), presidente da Frente Parlamentar de Comércio e Serviços (FCS), e Luiz Gastão (PSD/CE), também integrante da FCS. O encontro contou ainda com a presença de representantes da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (Abad) e da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB).

FONTE: MINISTERIO DO TRABALHO

MJSP reforça compromisso com a integração nacional durante reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública

Encontro ocorreu nesta quarta-feira (4), em Brasília (DF), e reuniu 40 conselheiros para debater a prevenção à violência e o enfrentamento ao crime organizado



Autoridades e representantes da sociedade civil participaram da 11ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, no Palácio da Justiça, em Brasília (DF). Foto: Isaac Amorim/MJSP

A 11ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, que ocorreu em Brasília (DF), nesta quarta-feira (4), reuniu autoridades e representantes da sociedade civil para debater os desafios e avanços no setor. Na abertura do encontro, o ministro da Justiça e Segurança Pública substituto, Manoel Carlos de Almeida Neto, ressaltou a urgência da integração entre os entes federativos como medida essencial para enfrentar o crime organizado.

“A sociedade brasileira não suporta mais a fragmentação de dados e sistemas. O crime está organizado e o Estado precisa estar ainda mais. A integração é absolutamente fundamental”, afirmou o ministro substituto, destacando a importância da adesão ao Prontuário Policial Eletrônico (PPE) e da

urgência de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, elaborada pelo MJSP e em tramitação no Congresso Nacional.

Também participaram da reunião o secretário nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo; o secretário Nacional de Políticas Penais (Senappen), André Garcia; e o diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Antônio Fernando Oliveira.

PEC da Segurança Pública

Participante especial da reunião, o ex-ministro da Segurança Pública Raul Jungmann trouxe uma reflexão histórica sobre o Susp e os desafios estruturais do setor no Brasil. Em sua fala, Jungmann frisou que, aos 73 anos de idade e fora da vida pública, explanava de um lugar de isenção política e com o compromisso de contribuir para o País.

Ele lembrou o longo processo de criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), iniciado ainda no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) e consolidado anos depois, em 2018, quando estava à frente do então Ministério da Segurança Pública. O Susp, segundo Jungmann, foi construído de forma suprapartidária, com amplo apoio político, e deve ser inscrito na Constituição para garantir sua efetividade.

O ex-ministro destacou que a segurança pública nunca foi atribuída constitucionalmente ao poder central, o que resulta em um setor estruturalmente fragilizado, sem sistema organizado e sem verbas vinculadas, ao contrário de outras áreas sociais. Isso impede a existência de uma política nacional efetiva, pois os planos de segurança são limitados ao mandato de cada governo.

“Nenhuma polícia estadual, limitada por sua atuação territorial, está preparada para enfrentar sozinha o crime que se nacionaliza e se transnacionaliza. É preciso unir esforços e integrar inteligência, operações e recursos”, afirmou.

Defensor da aprovação da PEC, Jungmann disse que a medida é urgente para aprimorar a coordenação, a integração de inteligência e o combate ao crime organizado, que hoje opera em escala nacional e internacional. “Sem sistema, não há política nacional de segurança. Essa fragilidade precisa ser enfrentada com coragem e visão estratégica”, declarou.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

Já o secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Consesp), Sandro Avelar, acredita que a União é fundamental no processo de coordenação do Susp.

“A autoridade mais importante que temos no País para tratar de segurança pública é o ministro Ricardo Lewandowski. O Susp na Constituição é maravilhoso. Eu acredito que a segurança pública tem pressa, é a área de maior preocupação do brasileiro. Por meio do conselho e da PEC, nós temos a oportunidade de mudar isso”, defendeu.

Pauta

A reunião marcou mais um passo no compromisso do MJSP com o fortalecimento institucional da segurança pública e a promoção de ações integradas que garantam mais proteção à população e mais eficiência na atuação do Estado. A pauta contou com as boas-vindas aos novos membros do conselho, nomeados também nesta quarta-feira. [<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-de-pessoal-n-114-de-2-de-junho-de-2025-633848231>]

Os conselheiros discutiram os resultados operacionais das redes de combate ao crime organizado, as execuções do Fundo Nacional de Segurança Pública, soluções para a padronização de dados, além de ações de ensino e pesquisa já realizadas no primeiro semestre de 2025. Tiveram ainda a missão de aprovar a ata da 10ª Reunião Ordinária, que ocorreu em dezembro de 2024.

Fonte: MJSP

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, Lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF